

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO

Reunião: XII Fórum de Governança da Internet

Local e período: Genebra, 17 a 21 de dezembro de 2017

Participantes: Embaixador Benedicto Fonseca Filho e Ministro Carlos da Fonseca, Ministério das Relações Exteriores e

O IGF 2017 teve como lema "Shape Your Digital Future". As atividades desenvolvidas em seu âmbito ("main sessions", "workshops", fóruns abertos e fóruns de melhores práticas), ao longo dos cinco dias do evento, envolveram grande número de representantes de governo, da sociedade civil, do setor privado e das comunidades acadêmica e técnica. Abrangeram amplo espectro de temas, entre os quais "Acesso e Diversidade", "Recursos críticos da Internet", "Segurança Cibernética", "Assuntos emergentes", "Questões de Gênero e Juventude", "Direitos Humanos On-line", "Desenvolvimento Sustentável" e "A Economia da Internet".

2. Os temas tratados no âmbito do XII IGF refletiram, portanto, áreas de interesse permanente (como, por exemplo, recursos críticos), mas também novas tendências no tratamento da governança da Internet cuja importância tem aumentado à luz de desenvolvimentos tecnológicos e políticos recentes. A adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em particular, tem, como se sabe, influenciado de forma significativa os debates internacionais a respeito do papel das TICs na promoção do Desenvolvimento Sustentável, seja como catalisadores ou como parâmetros de desenvolvimento. Além disso, a relevância crescente das tecnologias de informação e comunicação para a atividade econômica tem levado ao incremento da importância do tema da economia digital no debate internacional sobre crescimento inclusivo e sustentável da economia mundial.

3. O Embaixador Benedicto Fonseca Filho, Diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores, participou de debates sobre diferentes temas, entre os quais:

- "Towards Meaningful Multistakeholder Mechanisms in Internet Governance", organizado pela UNESCO, na tarde do dia 17/12 ("pré-IGF"), por ocasião do qual foi lançada publicação intitulada "What if we all governed the Internet?", de autoria da sul-africana Anri Van der Spuy. A referida publicação recolhe resultados de ampla pesquisa sobre a evolução da participação multissetorial na governança da Internet e procede a estudos de casos que representam experiências exitosas de implementação do modelo multissetorial de discussão de políticas, entre os quais o relativo à elaboração do Marco Civil da Internet. O Diretor do DCT, que havia sido convidado a ser um dos comentaristas da edição impressa da referida publicação, teceu comentários a respeito da importância da pesquisa realizada por Van der

Spuy, tanto pela riqueza de informações coletadas ao longo de seu estudo quanto pela reflexão sobre aspectos práticos ligados à participação dos diferentes setores interessados.

- “Strengthening cooperation within the context of the IGF: creating a roadmap for 2018” – Foram exploradas, nesse “workshop”, possíveis conexões e sinergias entre o trabalho desenvolvido no âmbito do IGF e o processo de cooperação aprimorada (“enhanced cooperation”). O Embaixador Benedicto Fonseca Filho, na condição de então presidente do GT sobre Cooperação Aprimorada estabelecido no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento-CSTD com a incumbência de propor recomendações para implementação da “cooperação aprimorada” em atendimento ao disposto na resolução A/RES/70/125, informou sobre o andamento dos trabalhos do mesmo. Reiterou, nesse contexto, o interesse do Brasil em contribuir para que os dois processos lançados pela Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (IGF, de um lado, e “Cooperação Aprimorada”, voltada à criação de mecanismos para que os governos possam exercer, em pé de igualdade, suas responsabilidades em matéria de políticas públicas relacionadas à Internet, de outro) venham a evoluir de forma concomitante. Opinou ainda que, à luz da abrangência dos temas cobertos pelo IGF, mais importante do que definir uma agenda de trabalho futura em torno de novos temas, seria fazer com que o resultado das atividades já desenvolvidas no âmbito do Fórum obtenham maior ressonância para além da “comunidade” que normalmente participa das reuniões do IGF;

- “CyberBRICS: Building the Next Generation Internet, STEP by STEP” – O Diretor do DCT discorreu sobre a cooperação, ainda incipiente, entre os BRICS, na área cibernética, em particular no contexto da adoção, pela II Reunião de Ministros das Comunicações do BRICS (Bangalore, novembro de 2016), de Agenda de Desenvolvimento e Plano de Ação em TICs. À semelhança dos representantes dos demais países do BRICS, o D-DCT ressaltou o interesse em explorar ao máximo as possibilidades de cooperação no âmbito do grupamento, ainda que sem a ambição, em princípio, de estabelecer posições comuns em foros internacionais. Assinalou, nesse contexto, que o governo brasileiro valoriza a cooperação intra-BRICS, ao tempo em que também promove consultas em bases regulares tanto no âmbito regional quanto com parceiros como União Europeia e EUA.

- “What’s going on at the ITU, how it affects Internet Governance and why you should probably care” – A discussão sobre as atividades em curso na UIT no que se refere a governança da Internet despertam, como se sabe, grande interesse e preocupação em muitos setores da “comunidade” do IGF (que contrastam a natureza multissetorial do Fórum com o caráter eminentemente intergovernamental – e, para muitos, alegadamente excludente – das discussões no âmbito da UIT). Durante o “workshop”, representantes dos setores não-governamentais manifestaram preocupação com possíveis desdobramentos das discussões em curso na UIT, em temas como a forma pela qual (e se) os chamados serviços “over the top-OTTS” devem ser considerados no âmbito da UIT, sobretudo no contexto do processo preparatório para a

próxima Conferência Plenipotenciária (Dubai, 29 de outubro a 16 de novembro de 2018). Ao se referir à importância do tema, o Embaixador Benedicto Fonseca Filho dissertou sobre a forma pela qual a representação do Brasil é exercida na UIT e indicou, nesse contexto, que deverá realizar-se, em preparação para a Conferência Plenipotenciária, natural esforço de coordenação interna para assegurar que as posições a serem levadas à reunião de Dubai reflitam as posições e preocupações do governo como um todo.

- “Internet and Jurisdiction Policy Network” – Tratou-se de evento informativo e de “outreach” referente à II Conferência sobre Jurisdição e Internet, a realizar-se em Ottawa, de 26 a 28 de fevereiro de 2018, com o objetivo de aprofundar coordenação em torno dos três eixos temáticos selecionados (domínios, conteúdo e dados). O Diretor do DCT, na condição de membro do painel de alto nível responsável pela organização da reunião de Ottawa, ressaltou a importância da “Internet and Jurisdiction Policy Network”, que visa a explorar soluções práticas para problemas urgentes e para os quais não há fóruns internacionais específicos. Recordou, ainda, que a Declaração emanada da Reunião Global Multissetorial sobre o Futuro da Governança da Internet-NETMundial (São Paulo, abril de 2014) continha apelo para o aprofundamento de discussões internacionais na matéria.

- “Strengthening the IGF: the German Community invites to a Discussion” – Tratou-se de evento promovido pela delegação alemã para divulgação e planejamento do IGF 14 (a ser realizado naquele país em 2019). O Embaixador Benedicto Fonseca Filho participou, a convite dos organizadores, e proferiu breve alocução sobre os desafios e oportunidades associados ao IGF, com base na experiência brasileira.

4. O Ministro Carlos da Fonseca, Chefe da Divisão da Sociedade da Informação do Ministério das Relações Exteriores, participou de “workshop” sobre gênero e governança da Internet, em 20/12. Na oportunidade, salientou que um dos grandes desafios hoje em matéria de superação do hiato digital de gênero é a reduzida participação das mulheres no segmento de TICs. Essa sub-representação teria, como consequências diretas, não apenas uma participação menor na produção de conteúdos digitais, como também na formulação de políticas públicas e marcos regulatórios aplicados ao ambiente digital, que seria, em grande medida, “*male-driven*”. No caso do Brasil, onde essa participação é da ordem de apenas 20%, o governo tem adotado, nos últimos anos, políticas que visam a capacitar e estimular a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas. O Chefe da DI destacou ainda iniciativas da sociedade civil brasileira para uso da Internet como instrumento de promoção e defesa dos direitos das mulheres, como, por exemplo, o “Programa Cunhantã Digital”, coordenado pela Conselheira do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) Tanara Lauschner, que visa a atrair meninas do ensino médio e fundamental do Amazonas para a computação.

5. A delegação brasileira manteve, ainda, encontros com o novo Administrador do NTIA, David Redl, o novo “Deputy Assistant Secretary for Cybersecurity and ICTS”, Robert Strayer, e demais membros da delegação governamental dos EUA, bem como com membros do “ICC-Basis” principal organização do setor privado internacional envolvida nas discussões sobre governança da Internet e TICs. Também participou de encontro entre o Subsecretário para Assuntos Econômicos e Sociais-DESA, Liu Zhenmin e os membros do “Multistakeholder Advisory Group-MAG”, responsável pela organização geral do evento. A delegação manteve, ademais, como de costume, numerosas reuniões bilaterais com autoridades e entidades estrangeiras, dessa forma buscando aproveitar o caráter transversal da reunião para discutir amplo leque de temas abrangendo múltiplos processos e mecanismos bilaterais, regionais e globais de interesse do Brasil.

6. Em todas as ocasiões, a Delegação teve presente a defesa, pelo Brasil, de que a governança global da Internet deve ser exercida de forma multilateral, multissetorial, transparente, democrática e não discriminatória, de modo a permitir a plena participação dos diversos setores (“stakeholders”) em seus respectivos papéis e responsabilidades, em sintonia com as principais conclusões da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação e com o modelo adotado internamente, consubstanciado no funcionamento do CGI.br. A Delegação procurou, de igual modo, transmitir o entendimento brasileiro quanto à importância de assegurar que as tecnologias da informação e das comunicações realizem seu potencial para a promoção do desenvolvimento sustentável e que a expansão da economia digital se processe em condições que assegurem segurança e respeito aos direitos humanos, inclusive o direito à privacidade e os direitos do consumidor.

7. Ao final do XII IGF, em sessão aberta (“Open mic/taking stock”), grupo de ONGs latino-americanas com atuação em temas digitais, entre as quais muitas brasileiras, divulgou “carta aberta de representantes da sociedade civil da América Latina e do Caribe” com foco na questão de notícias falsas (“fake news”). O texto da Declaração encontra-se disponível no “site” <https://direitosnarede.org.br>.

8. Embora a sede do IGF-14, na Alemanha, já tenha sido definida, a edição de 2017 do Fórum foi encerrada sem ter havido definição sobre qual país sediará o evento em 2018. Ficou também de ser anunciado, posteriormente, pelo UN-DESA, o nome da pessoa que deterá a presidência do MAG em 2018. Cabe ressaltar, a respeito, que o Brasil possui dois assentos cativos no referido Comitê Organizador em razão de ter sediado o IGF em duas ocasiões (Rio de Janeiro, 2007, e João Pessoa, 2015).